COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____ DE MARÇO DE 2024. (Do Sr. Osmar Terra)

Requer nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, aprovação de Moção de Louvor ao doutor Paulo Eduardo de Almeida Sorci, Juiz de Direito da 5ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo (Foro Central Criminal de Barra Funda) pela irretocável decisão proferida em setembro de 2023 nos autos do processo 0013524-11.2023.8.26.0050, versa sobre aplicação de medida de segurança de internação para Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico declaração е а inconstitucionalidade do artigo 18 da Resolução nº 487, de 15/02/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Senhor Presidente,

Requer nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, aprovação de Moção de Louvor ao doutor **Paulo Eduardo de Almeida Sorci**, Juiz de Direito da 5ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo (Foro Central Criminal de Barra Funda) pela irretocável decisão proferida em setembro de 2023 nos autos do processo 0013524-11.2023.8.26.0050, a qual versa sobre aplicação de medida de segurança de internação para Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e a declaração de inconstitucionalidade do artigo 18 da Resolução nº 487, de 15/02/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a MOÇÃO DE LOUVOR ao ilustre magistrado pela clareza e assertiva na imposição de medida de segurança de internação (no caso concreto), pela defesa da atividade jurisdicional da magistratura, pela defesa das prerrogativas do Poder Legislativo e, em especial, pela maestria de sua





fundamentação ao declarar a inconstitucionalidade do artigo 18 da Resolução nº 487/2023 do CNJ.

Com é do conhecimento dos nobres pares, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou em fevereiro de 2023 a Resolução nº 487, instituindo a **"Política Antimanicomial do Poder Judiciário"** e, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o tratamento de pessoas com transtorno mental ou qualquer outra forma de deficiência psicossocial.

Ao criar uma "Política Antimanicomial" e determinar o fechamento dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), alterando e extinguindo direitos e obrigações por meio de resolução, "em clara contraposição ao ordenamento vigente", o Conselho Nacional de Justiça culminou por desbordar de sua missão de natureza exclusivamente administrativa para atuar no campo jurisdicional e legislativo.

Ainda sob o mérito da "Política Antimanicomial do Poder Judiciário", oportuno colocar em relevo a contestação de entidades especializada sobre o assunto, como por exemplo, o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), a Associação Médica Brasileira (AMB), a Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e a Federação Médica Brasileira (FMB), que reclamam não terem sido ouvidas sobre o tema.

Por derradeiro, a decisão do douto magistrado está em plena sintonia com o Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2023, de autoria do Deputado Kim Kataguiri e sob a relatoria do Deputado Felipe Francischini, já com o parecer do relator, aprovado pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC).

Em razão do exposto, o doutor **Paulo Eduardo de Almeida Sorci**, Juiz de Direito da 5ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo (Foro Central Criminal de Barra Funda), a luz das prerrogativas deste Parlamento, é merecedor de pleno louvor.

Neste sentido, encaminhamos o presente requerimento com a certeza de que terá a aprovação de todos.

Sala de Sessões, em 14 de março de 2024.

OSMAR TERRA

Deputado MDB/RS

